

Política

Bisol torna dispensável o diploma de jornalista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O anteprojeto do senador José Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, garante "o livre



exercício das profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, das ciências e das artes" e, portanto, acaba com a obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão de jornalista. A deputada Ana Maria Rattes, do PMDB do Rio, apresentou emenda restituindo a obrigatoriedade de diploma para os jornalistas.

A Comissão de Soberania já recebeu quase mil emendas para modificar também outros dispositivos, relativos à propriedade, à moral e aos costumes. Os liberais são contrários à perda da propriedade para o Estado nos casos de "uso impróprio" e de especulação. O deputado Farabulini

Júnior advertiu ontem José Paulo Bisol (PMDB-RS) de que sua idéia de direito de propriedade é "absurda". Outro opositor de Bisol, o deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT) disse que não dará "trégua à comissão" enquanto não for revista essa questão.

Mais um ponto polêmico do relatório de José Paulo Bisol continua provocando protestos. E o de "orientação sexual", que levou os deputados evangélicos a se unir contra o dispositivo. "Não podemos permitir casamento de homossexuais em cartório" — disse ontem o deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), pastor protestante, esclarecendo que não tem restrição alguma aos homossexuais, mas que seu dever como constituinte é preservar a família. O deputado lembrou que "Deus, o criador do universo, não se agrada desse tipo de degradação moral".

Também pastor protestante, o deputado João de Deus (PDT-RJ), da Assembléia de Deus, reafirmou o aspecto evangélico da Assembléia Nacional Constituinte. "Estamos

aqui pelas mãos de Deus e vamos fazer à sua vontade. O nosso dever é preservar um dos valores ainda existente na sociedade, a família."

O deputado José Genóino, do PT de São Paulo, defendeu a legalização do aborto e se colocou inteiramente contra a instituição da pena de morte. Ao fazer sua proposta, Genóino classificou de democrático o anteprojeto de José Paulo Bisol, apesar de todos os protestos contra ele. Também a deputada Ana Maria Rattes defendeu o relatório do senador gaúcho, afirmando que o seu objetivo é legislar uma Constituição voltada para o futuro.

Bisol tem até amanhã para apresentar um substitutivo à Comissão de Soberania. As 15 horas, o plenário começará a discussão e a votação. O texto final deverá ser apresentado pelo relator até segunda-feira. O deputado Mário Assad (PFL-MG), presidente da comissão, afirmou que considera satisfatório o andamento dos trabalhos, destacando que a liberdade e a democracia estão prevalecendo na discussão dos temas.

Previdência defende contribuição

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO



O ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, é contra a possibilidade de o idoso ser beneficiado com aposen-

tadoria sem ter contribuído para o sistema. Dessa forma, no seu entender, ninguém será estimulado a contribuir, o que significará um sério risco para a previdência social. Raphael de Almeida Magalhães fez essas considerações ao depor na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, quando analisava o primeiro parecer apresentado pelo relator da comissão, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ).

Declarou-se ainda favorável ao planejamento familiar na forma em que foi proposta por Arthur da Távola, mas chamou a atenção para o que considera uma contradição entre dois artigos do parecer: num, fica proibido ao governo fazer qualquer política antinatalista; no seguinte, prevê a possibilidade do planejamento familiar. Raphael de Almeida Magalhães disse, a propósito, que o seu ministério já está envolvido com esse tipo de política para populações carentes. Em suas estimativas, em 1990, o crescimento demográfico brasileiro vai revelar um índice de apenas 1,9%.

SEGUNDO PARECER

O deputado Artur da Távola revelou que vai manter o segundo parecer, que não deverá ter muita alteração em relação ao primeiro. Quanto às 847 emendas apresentadas à sua proposta, ele considerou haver muita repetição e apenas sugestões para alterar o texto. O relator entrega a segunda proposta hoje à tarde, para o início da votação amanhã, e na qual mantém a revogação completa de qualquer tipo de censura ao cinema, teatro e livros, assim como extingue a censura prévia aos programas de rádio e tevê. Artur da Távola vai manter também a proposta de criação do Conselho de Comunicação, que acaba com a exclusividade do presidente da República nas concessões de canais de rádio e televisão.



Raphael é contra aposentadoria de quem não contribui

Prazo curto exige muito trabalho dos relatores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os relatores das oito comissões temáticas passaram o dia de ontem dedicados ao exame das emendas apresentadas — aproximadamente cinco mil — e hoje concluem a redação do parecer sobre todas elas, já que o prazo de apresentação se encerrará à meia-noite. O relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Egydio Ferreira Lima, preferiu retirar-se para sua residência a fim de estudar as emendas, assim como o senador José Richa, relator da comissão de Organização do Estado.

As comissões debateram as milhares de emendas apresentadas, a maioria delas providenciando das assessorias a qualificação de acordo com os temas, a fim de facilitar a avaliação dos relatores. Na comissão da Ordem Social a reunião debateu questões referentes à estabilidade no emprego e o direito de greve. Nesta,

como nas demais, prosseguiram as negociações entre os constituintes visando à defesa de suas emendas amanhã, quando começam a ser apreciados os pareceres finais dos relatores.

Paralelamente à apreciação das emendas, as questões políticas voltam a se manifestar. O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) pediu união contra as esquerdas e o líder do PFL, José Lourenço, afirmou que as forças conservadoras da Constituinte acabarão por prevalecer em todas as comissões temáticas, inclusive a da Ordem Social. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, manteve conversações com os relatores do partido de modo a garantir a unidade pelo menos nas questões consideradas programáticas pelo PMDB.

Amanhã, os relatores das comissões temáticas submetem ao plenário as emendas e as alterações eventualmente feitas para na segunda-feira serem apresentados os textos finais.

CNEN jura que programa nuclear é pacífico

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O programa nuclear autônomo brasileiro não tem como objetivo a produção da bomba atômica. É o que garante o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Rex Nazaré Alves, que, juntamente com seus assessores, tem feito conferências aos congressistas para que sejam incluídas na futura Constituição normas disciplinadoras de todas as

atividades nucleares no País, que deverão ter finalidades exclusivamente pacíficas.

Rex Nazaré Alves pretende ainda que a Constituição estabeleça a distribuição adequada das responsabilidades do setor entre o Executivo e o Legislativo, com a participação direta do Congresso Nacional. Ele considera que esses princípios refletem a índole pacífica do povo brasileiro e são coerentes com as metas do programa nuclear autônomo. Basi-

camente, a Comissão pretende desenvolver a tecnologia para obter a auto-suficiência no campo da energia nuclear. Assim, dará ao País condições para a produção de materiais e equipamentos de uso industrial, energético, agrícola e de proteção do meio-ambiente. Segundo Rex Nazaré, as teses têm sido bem recebidas por constituintes de todas as correntes políticas, que apoiam o desenvolvimento tecnológico independente do setor nuclear voltado para objetivos exclusivamente pacíficos.